

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de janeiro/2016, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório mensal de Investimentos de janeiro/2016, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência janeiro/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de fevereiro de 2016), definir aplicação de valores recebidos do pagamento da 1º parcela do Parcelamento nº 00104-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e comentar sobre a solicitação de avaliação dos fundos de renda variável da carteira de investimentos do Instituto à Crédito e Mercado.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Em meados do mês de janeiro o Fundo Monetário Internacional – FMI, divulgou, um novo relatório sobre a economia mundial. Estima que ela vá evoluir 3,4% em 2016 e 3,6% em 2017. Na média, as economias avançadas terão uma modesta recuperação, enquanto os países emergentes e os em desenvolvimento enfrentarão uma nova realidade de menor crescimento. Para a zona do euro, o FMI estima crescimento de 1,7% em 2016 e 2017. A Alemanha deverá crescer com taxas idênticas, enquanto para o PIB da França estima uma evolução 1,3% este ano e de 1,5% no próximo, para o da Itália 1,3% e 1,2%, para o da Espanha 2,7% e 2,3%, respectivamente. Para o do Reino Unido 2,2% em ambos os anos e para a Rússia uma que de 1% em 2016 e uma alta de 1% em 2017. Em sua última reunião no dia 21, o Banco Central Europeu – BCE, manteve, como era esperado a taxa básica de juros em 0,05% a.a., no menor nível histórico e o seu presidente, em vista das turbulências vividas pelos mercados financeiros e da inflação muito baixa, prometeu uma revisão da política monetária em março. Maior produtora de petróleo do mundo, a economia da Rússia passa por momentos muito difíceis com as cotações ao redor de US\$ 30, sendo que a sua moeda continuou a se desvalorizar fortemente perante o euro

ao dólar. Com a crise se acentuando, o governo anunciou uma série de cortes de despesas e reduções de cargos estatais. Para os EUA, o FMI estimou um crescimento de 2,6% em 2016 e 2017. Divulgado no último dia do mês, o PIB norte-americano cresceu 0,7% em taxa anualizada no quarto trimestre de 2015, acumulando um crescimento no ano de 2,4%. Houve desaceleração em relação ao trimestre anterior, por conta das empresas que reduziram os seus estoques em excesso, do dólar valorizado e da demanda global fraca, pesando sobre as exportações. Foi divulgado que em dezembro, 292 mil postos de trabalho não rural foram criados, quando a expectativa era por volta de 200 mil, e a taxa de desemprego permaneceu em 5%. Depois de ter elevado a taxa básica de juros em 0,25 p.p em dezembro, o FED, através da ata da reunião, deu a entender que, com as turbulências globais pode ser mais comedido em relação às novas elevações. Para a China, o FMI estimou um crescimento de 6,3% em 2016 e de 6% em 2017. Conforme divulgado pelo governo, o crescimento em 2015 foi de 6,9%, mantendo a tendência de desaceleração. O ano começou ruim para as bolsas chinesas, o que demandou estímulos continuados das autoridades. Mesmo assim a perda mensal foi a maior desde a crise global que se iniciou em 2008. Alterando o modelo que privilegia o consumo interno, em detrimento da produção industrial para exportação, a atividade industrial se contraiu no ritmo mais rápido em quase três anos, em janeiro, evidenciando a fraqueza da atividade. Para o Japão, o FMI previu crescimento de 1% em 2016 e de 0,3% em 2017. Às voltas com o baixo crescimento e baixa taxa de inflação, além do fraco crescimento dos países emergentes, o Banco do Japão surpreendeu os mercados financeiros e cortou inesperadamente a taxa de juros para o território negativo. Ao contrário do esperado, depois da elevação dos juros americanos, os juros dos títulos dos governos dos países desenvolvidos recuaram com as turbulências na China e com a perspectiva de que a inflação permaneça muito baixa. Os títulos de 10 anos do governo americano, por exemplo, que rendiam 2,2% a.a no final de 2015, recuaram para 1,95% a.a. no final de janeiro. Já para as bolsas o mês foi bem desfavorável. Enquanto a americana (S&P 500) recuou 5,7%, a alemã 8,8%, a inglesa 2,54%, a chinesa (SSE Composite) 22,6% e a do Japão 7,96%. Para o mercado de commodities o cenário não foi melhor, com o preço do petróleo tendo caído abaixo de US\$ 30 o barril. Com o fim das sanções econômicas ao Irã, os preços podem cair ainda mais. Para o FMI, o PIB do Brasil deverá cair 3,5% em 2016 e ficar estável em 2017. Sem os dados de dezembro apurados, o Banco Central informou que a atividade econômica, medida pelo IBC-Br recuou 3,9% de janeiro a novembro de 2015. O setor com melhor desempenho foi o agrícola, sendo que o país produziu uma safra recorde de 209,5 milhões de toneladas. Para tentar reverter o quadro, o governo lançou, no final do mês, um plano para elevar o crédito em R\$ 83 bilhões, de forma a beneficiar setores como o da habitação, agricultura, infraestrutura, exportação, pequenas e médias empresas, além do consumidor. Já a taxa de desemprego anunciada para dezembro foi de 6,9%, medida através da Pesquisa Mensal de Emprego. No ano todo de 2015, 1,54 milhão de vagas formais de trabalho foram fechadas, o pior número em vinte e quatro anos. Já a renda média real caiu para R\$ 2.265,09, com uma queda de 3,7% em relação a 2014. O setor público consolidado (governo central mais regionais mais estatais) registrou déficit

primário de R\$ 71,7 bilhões em dezembro, acumulando resultado negativo de R\$ 111,2 bilhões (1,88% do PIB) em 2015, frente a um déficit de R\$ 32,5 bilhões (0,57% do PIB) em 2014. No ano, as despesas com juros foram de R\$ 501,8 bilhões (8,46% do PIB), enquanto o déficit nominal foi de R\$ 613 bilhões (10,34% do PIB). Já a dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 3,97 trilhões (66,2% do PIB), em dezembro, elevando-se em 9 p.p em relação ao ano anterior. Já descontada a inflação, a arrecadação do governo federal caiu 5,62% em 2015, atingindo R\$ 1,22 trilhão. O IPCA fechou o mês de janeiro com uma variação de 1,27%, apresentando aceleração em relação a dezembro, quando subiu 0,96%. Em doze meses, os preços apresentaram alta de 10,71%, o resultado mais alto desde novembro de 2003. O índice de difusão da inflação foi de 77,5%. Os maiores aumentos de preços foram os dos transportes, 1,77% e os dos alimentos, 2,28%, o maior aumento mensal desde dezembro de 2002. Já o INPC, subiu 1,51% em janeiro, enquanto a alta de dezembro havia sido de 0,9% e acumulou alta de 11,31% em doze meses. Em reunião realizada no final de janeiro, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM, contrariando pronunciamentos recentes do seu presidente, decidiu manter inalterada a **taxa Selic, em 14,25% a.a.** Novamente, dois diretores foram favoráveis a um aumento de 0,5 p.p. A ata da reunião sugere que o BC passou a priorizar a atividade econômica, ao invés do combate à inflação. A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de janeiro cotada a R\$ 4,0428, com uma valorização de 3,53% no mês e de 56,72% em doze meses. A Balança Comercial, por sua vez, encerrou o ano de 2015 com um superávit de US\$ 19,69 bilhões, graças ao real mais desvalorizado e a uma queda de 24,3% das exportações. Em 2014, o déficit foi de US\$ 4,05 bilhões. Já as transações correntes, acumularam um déficit de US\$ 58,9 bilhões em 2015, sendo que no ano anterior havia sido de US\$ 104,2 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED acumularam um saldo positivo de US\$ 75,1 bilhões no ano, enquanto em ações totalizou US\$ 10 bilhões e o em renda fixa US\$ 8,5 bilhões. As reservas internacionais terminaram o ano em US\$ 368,7 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 337,7 bilhões. No mercado futuro de juros, houve grande volatilidade, principalmente das taxas mais curtas, em função da reversão das expectativas com o aumento da taxa Selic. Para as taxas mais longas o avanço acabou sendo maior do que as curtas. Assim, dos subíndices Anbima, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IRF-M 1+, com avanço de 3,79%, seguido do IDkA 2A (IPCA), 3,76%, do IMA-B 5, 2,97% e do IRF-M Total com 2,79%. O CDI variou 1,05%. Para o Ibovespa, foi um novo mês de queda, refletindo o comportamento das bolsas no exterior e a fraqueza da atividade econômica no Brasil, A queda foi de 6,79% no mês, acumulando uma baixa de 15,28% em doze meses. Os mercados financeiros internacionais deverão continuar a serem fortemente impactados pelos dados da economia chinesa, em desaceleração. Isso tem provocado não só a queda nos preços das commodities, como também nos preços das ações. A percepção de que os bancos centrais na Europa e na Ásia, principalmente, tenderão a manter uma política monetária frouxa, traz inquietações sobre a recuperação da atividade econômica global, que se reflete no aumento da aversão ao risco, por parte dos investidores. Em relação à economia americana, as condições globais se tornaram

menos favoráveis ao seu crescimento e se persistirem, poderá haver algum impacto no mercado de trabalho, que vem demonstrando vigor. Isso torna menos previsível o rumo da taxa de juros local, depois do aumento ocorrido em dezembro. Menor crescimento e inflação muito baixa são grandes desafios a serem perseguidos. Assim, as taxas de remuneração dos títulos dos governos de países desenvolvidos deverão seguir pressionadas para baixo, enquanto as bolsas deverão ter pouco espaço para recuperação. Para o mercado financeiro brasileiro, as perspectivas para os próximos meses não são nada animadoras. Como se não bastassem os efeitos externos que contribuíram com parte importante da valorização do dólar localmente, os problemas locais não param de ganhar cada vez maior dimensão. A manutenção da taxa Selic, com a inflação em ascensão levou os investidores à percepção do abandono do combate à inflação, em benefício da atividade econômica. Mesmo assim, as previsões de queda do PIB não param de aumentar. As incertezas vividas pelos investidores se refletem na alta volatilidade dos preços dos ativos em nossos mercados. Para o investidor estrangeiro, com a atual taxa de câmbio, continuará havendo oportunidades tanto no segmento de renda fixa, com as nossas altas taxas de juros, como também no de renda variável. Para o investidor local, mesmo com a taxa Selic mantida, a inflação descontrolada pode provocar altas expressivas das taxas de juros futuras negociadas na BM&FBovespa, com forte impacto nos títulos prefixados, principalmente os de prazos mais longos. Para a bolsa o impacto também será negativo, com a ressalva de que se tendo em vista o longo prazo, boas oportunidades sempre surgirão. Assim, para a renda fixa, a recomendação é uma exposição da carteira para os vértices de médio prazo (IMA-B 5 e IDKA IPCA 2A) em no máximo 30%. Neste momento, recomendamos ficar fora de estratégias com exposição para os vértices mais longos (IMA-B, IMA-B 5+, IDKA IPCA 20A e 30A). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI ou IRF-M 1, que mesmo que tenham rendimento menor que a inflação, como ocorreu em janeiro, constituem alternativas mais defensivas em um cenário de juros de mercado crescentes. Na renda variável, a recomendação é uma exposição de no máximo 10% para o segmento, já incluídas alocações em fundos imobiliários - FII's e fundos em participação - FIPs, dado a falta de percepção de melhora nos fundamentos econômicos que justifique elevar ainda mais o risco da carteira. As quedas recentes do Ibovespa levaram o índice a romper o suporte dos 40.000 pontos, abrindo uma janela de oportunidade para os investidores com baixa exposição no segmento montarem posições, objetivando o ganho de capital no longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de janeiro/2016** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de janeiro/2016, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. Continuando relatou-se também a necessidade de **definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência janeiro/2016 (cujo vencimento se**

**dará em 12 de fevereiro de 2016,)**, descontadas as despesas administrativas e também definição da aplicação do pagamento da 1º parcela do Parcelamento nº 00104-2016. Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, foi dito que os fundos atrelados ao IDKA 2 já devolveram o prêmio que tinham para os investidores, ou seja, os títulos que compõem estas carteiras já estão com taxas abaixo de 6%. Desta forma o ideal é alocar os recursos novos em fundos atrelados ao CDI ou IRFM-1, pois tais fundos carregam baixa volatilidade. Tendo sido realizada pesquisa comparativa dos fundo citados (CDI e IRFM-1), foi verificado que o Fundos atrelados ao CDI possuem menor volatilidade, sendo uma opção viável para o atual momento da economia. Sendo assim, sendo efetuado um comparativo dos fundos atrelados ao CDI dentre as instituições credenciadas neste Instituto de Previdência, foi verificado que o Banco do Brasil, a Caixa, o Bradesco e o Santander possuem o referido fundo. Na análise feita, conforme mostram os relatórios constantes dos arquivos de investimentos o **FUNDO SANTANDER IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA** é o fundo com melhor desempenho nos 12 meses – 13,46% contra 13,42,% do **FUNDO BRADESCO IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA**, 13,40 DO **FUNDO CAIXA BRASIL IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA** E 13,28 DO **FUNDO BB IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO**. Há que se observar que a planilha comparativa mostra o fundo Bradesco IRFM-1 FI Renda Fixa, com desempenho no 12 meses de 13,47%, porém a estratégia desse fundo é outra e não inserimos o mesmo no comparativo. A ação visa aplicar a estratégia onde os recursos novos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI ou IRF-M 1, que mesmo que tenham rendimento menor que a inflação, como ocorreu em janeiro, constituem alternativas mais defensivas em um cenário de juros de mercado crescentes. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência janeiro/2016, cujo vencimento se dará em 12/02/2016 e os valores recebidos do pagamento da 1º parcela do Parcelamento nº 00104-2016 serão aplicados no Fundo SANTANDER IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA**. Seguindo foi relatado que o Comitê de Investimentos está aguardando um estudo que está sendo realizado pela Crédito e Mercado em torno dos fundos de renda variável que integram a carteira de investimentos do Instituto de Previdência, em função da baixa rentabilidade obtida nos últimos meses. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 09 de março de 2016, às 13h30min**. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 11 de fevereiro de 2016.

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_

Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_